



ELD

PORTE
PAGO

**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVII - N.º 202

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Agosto/Setembro 1991 — 80\$00



SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL VISITA NOVA SEDE

- O MDN reforça subsídio à construção, ainda para 1991, em 25 mil contos

COMISSÃO COORDENADORA DO CENTRO DE REABILITAÇÃO DE GAIA — IEFP, ADFA e CERCIGAIA — TOMOU POSSE



ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS REÚNEM E ANALISAM PROJECTOS DE DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIÃO

Dois elementos da ACLLN de Moçambique frequentam, na nossa Sede, curso de «Quadros» da Formação Profissional

FMAC

Realiza-se em Helsínquia, de 19 a 24 de Outubro, a XX Assembleia Geral da FMAC

Agenda

Secretário de Estado da Defesa Nacional na ADFA

No passado dia 13 do corrente mês, no Ministério da Defesa Nacional, decorreu mais uma reunião de trabalho entre o respectivo Secretário de Estado, que se encontrava acompanhado pelo seu assessor, dr. Adérito Pinto, e a Direcção Central da ADFA, que se fez representar pela totalidade dos seus elementos, dado que tal encontro foi aproveitado para a apresentação formal do novo elenco directivo.

Foram tratados assuntos de diversa índole que versaram, principalmente, as áreas da legislação, relações internacionais (FMAC e União, tendo sido prestadas informações sobre a passada reunião da CPAA/Marrocos e a próxima Assembleia Geral, em Helsínquia), Lar Militar e actual situação da construção da nova Sede, cujas obras o dr. Eugénio Ramos foi convidado a visitar, convite que, aceite, foi concretizado no dia 20 p.p.,

conforme «ELO» se faz alargado eco noutra local.

Foi evidenciado, uma vez mais, ao Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, o agradecimento da ADFA pelos empenho e interesse pessoais por ele colocados em todos os assuntos que despachou com a Associação, durante este mandato governativo, prestes a findar.

Por outro lado, reiterou o dr. Eugénio Ramos a sua disponibilidade, onde quer que venha a encontrar-se, para colaborar com a ADFA, certo de que, seja qual foi a equipa que venha a dirigir o seu departamento, será mantido o mesmo grau de reconhecimento e apoio à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e aos deficientes militares, pela forma séria e consciente como a organização tem sabido, e certamente continuará a saber, defender os interesses daqueles.

Monumento aos combatentes do Ultramar

Assumindo a sua responsabilidade como associação de antigos combatentes — quem o nega! —, como membro e único representante de Portugal na Federação Mundial de Antigos Combatentes, como organização que conseguiu o momento ímpar de reunir, em transcendente elevação e comunhão de espírito na homenagem aos companheiros que tombaram, os homens que se combateram nas três frentes da guerra colonial, com 17 anos de história, e lutas, e a maturidade que de tal lhe advém, dando cumprimento ao determinado pelo Conselho Nacional de 24OUT87, está a ADFA, desde essa altura, presente na Comissão Executiva do Monumento aos combatentes do Ultramar.

Por tal, e no dia 17 do corrente, esteve o representante da Direcção Central na reunião daquele grupo que, na continuação da análise dos projectos apresentados, deliberou a indicação do trabalho a ser executado, trabalho este que é o que melhor se enquadra, entre todos os concorrentes, dentro da filosofia que para o mesmo, aquele órgão associativo defendeu.

ELO, não pretendendo romper o sigilo da escolha, aguarda a conferência de Imprensa que se realizará aquando da apresentação pública dos cinco trabalhos melhor classificados, com exposição no Palácio Foz a partir de 22 de Outubro p.f., para mais detalhadamente noticiar.

Comissão de Coordenação do Centro de Reabilitação de Gaia

Conforme o acordo de cooperação celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a ADFA e a CERCIGAIA e no cumprimento do aí disposto, tomou posse na presença dos Director dos Serviços de Reabilitação e Delegado Central e Presidente da Direcção da Delegação do Porto, da ADFA, a Comissão Coordenadora do Centro de Reabilitação de Gaia (CRPG), constituída pelos representantes do IEFP, dr. Mário Machado Alves (Presidente), da ADFA, Alberto Brum da Costa (Vogal) e da CERCIGAIA, José Maria do Carmo Moreno Afonso (Vogal).

Na altura, foram proferidas algumas palavras pelo Delegado do IEFP e pelo Presidente da

ADFA, salientando-se a importância de tal acto no desenvolvimento de um esforço conjunto em prol da dignificação da pessoa com deficiência, e da sociedade em geral, e na procura de uma reabilitação global, com destaque para as suas vertentes física, médica, profissional e social, através da reformulação de projectos próprios para adaptação comum, sem que, no entanto, tal trabalho colida com os planos e actividades específicas de cada entidade.

Seguidamente, a comissão empossada reuniu-se, oficialmente, pela primeira vez, tendo analisado os vários processos já abertos, nomeadamente o do estado das obras das novas instalações e o da integração de alguns planos existentes.

COOPERAÇÃO

«UM SORRISO PARA MOÇAMBIQUE»

Tendo começado em 20 deste mês e terminado a 11 de Dezembro próximo, está a decorrer uma iniciativa de uma conhecida marca de produtos lácteos, e que consiste em descontar uma verba (sem aumento de preço ao público) sobre as vendas, destinado-as a apoiar, integralmente, um projecto da UNICEF para as crianças da província de Manica, uma das mais necessitadas de Moçambique, e que envolve a criação de estruturas fundamentais nas áreas da saúde, da agricultura, do saneamento e da educação.

Em complemento desta campanha, informações mais precisas são dadas na RTP, quer no canal 1 (5.ª-feiras, à seguir à tele-novela), quer no canal 2 (sábados, no programa «Arca de Noé»).

Sem pretender conferir «publicidade» à marca patrocinadora da campanha, ELO não quer deixar de divulgar tal acção já que, para além de ser saudável o consumo de bons lacticínios, designadamente iogurtes, tal poderá ainda ajudar as martirizadas crianças de Moçambique.

E que outras iniciativas semelhantes apareçam!

Formação profissional

Com o apoio do IEEP, teve início, na Sede da ADFA, no dia 16 deste mês, um curso de «Quadros Técnicos Associativos» que se prolongará até meados de Dezembro, frequentado, entre outros, e no âmbito do protocolo de cooperação assinado em 1 de Junho de 1990 entre a ADFA e a Associação dos Comba-

tentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique, por dois formandos deste país irmão os quais, por anuência do general CEME, se encontram alojados na Messe de Sargentos do Exército, em Lisboa.

Sobre este assunto, e ainda durante o curso, ELO dará notícias mais pormenorizadas.

Informação aos sócios

Legislação

• Situação dos deficientes em serviço com grau de incapacidade entre 60 e 80%

Encontra-se concluída por parte do Ministério da Defesa, aguardando parecer de outros departamentos governamentais, uma disposição legislativa que amplia a grandes deficientes em serviço com menos de 80% de incapacidade, os direitos consignados no Decreto-Lei 314/90, e que a ADFA advoga deve ser extensiva aos portadores de deficiências com 60%.

• Não sujeição a IRS do subsídio e prestação suplementar de invalidez

Com todos os pareceres favoráveis, carecendo apenas de assinatura final, prevê-se não sujeição a IRS, a partir de Janeiro de 1992, dos subsídios e prestação suplementar de invalidez.

• Descongelamento de escalões

O Ministério da Defesa Nacional e a ADFA coincidem no entendimento de que o disposto nos Art.º 9.º do Dec.-Lei 43/76 e n.º 5 do Art.º 20.º do Dec.-Lei 57/90, que equipara os DFA aos militares do activo, para efeitos de abono de vencimentos, se deve aplicar ao novo sistema retributivo que tem em conta a tabela indicial — escalões (Dec.-Lei 408/90), pelo que se espera que as entidades responsáveis pelo pagamento das pensões rapidamente integrem estes deficientes militares, tal como já se fez para o pessoal do activo, nos escalões a que tenham direito.

Comparticipações escolares para filhos de sócios dos SSFA

Conforme comunicação da 3.ª Repartição/SSFA/EMGFA (Circular n.º 16 de 12SET91), estão abertas as inscrições para **comparticipação escolar normalizada/CEN** — até 31 de Outubro — e para **comparticipação escolar especial/CEE** (neste âmbito também a **comparticipação para enxoval**, a estudantes em regime de internato no Instituto de Odivelas, no Colégio Militar e no Instituto Militar dos Pupilos do Exército, nas condições exigidas nas normas de Assistência Escolar) — a título excepcional até 30 de Novembro (mas devendo-se ter em conta que o seu pagamento se iniciará pelos beneficiários que mais cedo entregarem os seus pedidos).

Os interessados deverão dirigir-se à Sede dos SSFA, em Lisboa, ou a qualquer das suas Delegações, no Alfeite, Coimbra, Évora, Funchal, Ponta Delgada, Porto e Tomar, a fim de entregarem os respectivos processos.

Eventuais informações ou esclarecimentos poderão ser obtidos nos serviços próprios da Associação.

Apoio jurídico aos sócios do Norte Delegação do Porto

No prosseguimento da iniciativa de, com a regularidade possível, o **consultor jurídico** da Associação se deslocar a outras zonas do país, para apoio aos sócios, o nosso advogado, sócio António Carreira, está presente na **Delegação do Porto**, no próximo dia 31 de Outubro, a partir das 14 horas.

Assim, os associados da Zona Norte que pretendam uma consulta, podem, desde já, contactar os serviços de secretaria daquela Delegação, para a respectiva marcação.

• DELEGAÇÕES •

COIMBRA

Pesca desportiva de competição
— IV concurso para deficientes

Numa organização da Secção de Dinamização Cultura e Desporto, realizou-se no dia 13 de Julho mais uma edição do Concurso de Pesca para Deficientes.

Iniciada em 1988, integrada nas iniciativas do Projecto Distrito, esta prova tem já raízes profundas no panorama desportivo da zona de Coimbra.

Sendo um projecto dirigido essencialmente a crianças e jovens deficientes, com o decorrer dos anos esta prova tem me-

recido a adesão cada vez maior de instituições de e para deficientes.

Num dia quente de Verão, bem junto ali ao romântico Mondego, depois de uma renhida prova de pesca que teve a participação de trinta e cinco atletas, depois do banho à minhoca, satisfez-se o impaciente estômago com uma gostosa sardinhada, a acompanhada com o tinto ou outra bebida do gosto de cada um.

Entre participantes no concurso de pesca e acompanhantes estiveram presentes mais de cem pessoas, e, considerando o entusiasmo demonstrado, tudo nos leva a crer que teremos V edição para o ano.

Se o mais importante era o convívio, não pode-

mos deixar de realçar a qualidade técnica da prova desportiva, tendo em conta a inexperiência da grande maioria dos participantes.

O concurso de pesca foi ganho pelo associado e director da ADFA, Vítor Oliveira, tendo os restantes elementos da Associação obtido classificações de harmonia com as suas condições de pescadores federados, exceptuando o Joaquim Santos que, não sendo federado, também se portou à altura do prestígio da ADFA.

Registamos o facto de ter estado presente um associado da ADFA/Porto, que se deslocou propositadamente a Coimbra para conviver connosco, e que se mostrou entusias-

mado com o encontro.

Não podemos igualmente deixar publicamente de agradecer a todos quantos deram a sua colaboração para mais este êxito da ADFA, nomeadamente os elementos da secção de pesca, os sócios trabalhadores da ADFA e todos aqueles e aquelas que desinteressadamente deram a sua colaboração, com um agradecimento muito especial ao associado José de Almeida Silva e esposa.

Equipa da ADFA classifica-se para a final do Nacional de Clubes

Depois de ao longo da época se ter mostrado uma das equipas mais regulares, a representação da ADFA mais uma vez se classificou para a final do Nacional de Clubes.

No passado fim-de-semanas, 14 e 15 de Setembro, a ADFA conseguiu o 3.º lugar na série da zona Norte, provas disputadas na região da Boavista/Coimbra e Formoselha.

Com esta classificação, a ADFA irá disputar a finalíssima que se realiza em Coruche.

No próximo número desenvolvemos mais em pormenor a nossa participação no Nacional de Clubes.

A equipa da ADFA foi constituída pelos seguintes atletas:

José Baptista, António Gaspar, Carlos Antunes, Carlos Coelho e Diamantino Almeida.



Instituto da Juventude

No passado dia 20 de Agosto, uma representação da ADFA/Delegação de Coimbra, reuniu-se com o responsável do Instituto da Juventude na cidade de Coimbra.

Nesta reunião, em que estiveram presentes pela Delegação, José Maria e José Guerra, abordaram-se várias questões relacionadas com as possibilidades de protocolos entre as duas instituições e apoio a actividades da Associação. Foram apresentadas àquela Instituição projectos relacionados

com acções da ADFA dirigidas aos jovens, filhos dos nossos associados.

Responsáveis do ensino de enfermagem visitam a ADFA

No próximo dia 1 de Outubro, um grupo de alunos da Escola Superior de Enfermagem de Bissau Barreto, Coimbra, visitará as instalações da Delegação da ADFA, visita de estudo incluída no seu estágio de curso.

Este estágio dos futuros bacharéis em enfermagem foi previamente preparado através de um en-

contro na ADFA, em que tomaram parte, por aquele estabelecimento de ensino superior, as senhoras enfermeiras Manuela Montesuma e Clarinda, e pela ADFA, responsável de relações públicas, José Maia e o dr. José Guerra, membro efectivo do Conselho Nacional da Associação por Coimbra.

No próximo número do ELO contamos desenvolver mais em pormenor este assunto.

Convívio Natal/91

Esta Delegação irá organizar um almoço-convívio

de Natal, no qual poderão participar todos os associados e familiares interessados.

Dificuldades financeiras não nos permitem organizar qualquer programa diferente, pelo que o almoço será uma forma de reunir todos os associados que queiram confraternizar entre si.

O almoço realiza-se em 14 de Dezembro a partir das 13 h, em local a designar. No próximo número do ELO daremos notícias mais pormenorizadas sobre o assunto.

Às crianças presentes serão oferecidas pequenas lembranças.

PORTO

Reuniões com sócios em Outubro e Novembro

A direcção da Delegação avisa os sócios que, devido aos feriados de 5 de Outubro e 1 de Novembro, as habituais reuniões nos primeiros sábados de cada mês foram transferidas para o segundo sábado de Outubro (dia 12) e segundo de No-

vembro (dia 9).

Nas datas atrás referidas, os serviços de secretaria e cantina estarão a funcionar.

Natação terapêutica nas piscinas do FCP

Tal como tem acontecido nos anos anteriores, a Delegação do Porto dispõe de um horário especial nas piscinas do FCP para os sócios e familiares

que pretendam frequentar as aulas de natação terapêutica.

Os interessados deverão contactar a secretaria da Delegação, nas horas de expediente.

ANACED

A Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência, tendo em vista os projectos que tem e que irá futuramente dinami-

zar, pretende contactar pessoas com deficiência que desenvolvam actividades artísticas, designadamente no campo da pintura, canto ou teatro.

Os sócios da Delegação do Porto que estejam dentro das condições referidas, e que desejam cooperar com ANACED, podem fazê-lo directamente para: Rua do Sítio ao Casalinho Ajuda — 1300 Lisboa ou então, para G.A.O.S. — delegação do Porto.

EDITORIAL



A comunidade internacional, no passado recente, tem sido confrontada com tantas mutações geopolíticas, alterações estratégicas, desvios de eixos militares e transformações sociais que, imprimindo mudanças a nível internacional e regional, apontam, cada vez mais, para o enfraquecimento do papel do Estado omnipotente e omnisciente, em detrimento de maior força e vigor de grupo de cidadãos organizados.

Tomam, e com maior intensidade no futuro, lugar determinante na condução da vida social, as «Organizações Não Governamentais», elas, sem dúvida, mais capazes, por melhor conhecedoras do terreno e das necessidades daqueles que defendem, de equacionar e planejar soluções válidas para a resolução dos problemas de estratos populacionais específicos, designadamente os mais desfavorecidos. Competirá, e aí sim, ao Estado, na redistribuição da riqueza comum, apoiar e dar condições, sem reservas, a projectos credíveis que subtraíam, da sua esfera de acção, competências de cariz eminentemente social e que, com menos custos e mais eficácia, garantam a satisfação das necessidades reais dos cidadãos.

Esta função das ONG, que já em 1986 merecia o reconhecimento internacional do Conselho da Europa, tem vindo a ser advocada pela ADFA, organização que, com a sua prática e intervenção na sociedade, assumiu a defesa, dentro da sua área, do princípio fundamental de que as pessoas portadoras de deficiência são seres humanos com capacidade de se organizarem e contribuirão activamente na definição de políticas e programas que concretizem os seus anseios/direitos à reabilitação e integração social, na plena dignificação da comunidade.

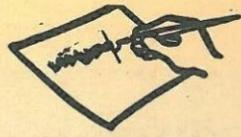
Mas se é verdade que se tende para o abandono do paternalismo por parte do «Estado-providência», não é menos certo que aquele também deve ser banido do relacionamento entre as organizações e os cidadãos que as integram, devendo ser criada uma relação interactiva tão próxima que a dinâmica colectiva se confunda com a individual, afastados, também, que sejam, os enganos da militância pelo silêncio e a intervenção pelo imobilismo.

Em tal sentido, aponta caminho firme o programa de trabalho em conjunto por nós assumido para os próximos dois anos e que nos reponsabiliza, instituição e associados, a rejuvenescer, reavivar e ampliar a participação de cada um, e de todos, nos actos, os mais diversos, da nossa casa. Nesta tarefa, de vital importância para assegurar o futuro, não há lugar a dúvidas e negativas! Órgãos directivos, sócios e trabalhadores, ninguém pode estar de fora, neste momento em que, associativismo é a verdade, militância a exigência e a ADFA a bandeira.

A Direcção Central



ESCREVEM OS SÓCIOS...



Este mês, de novo, os sócios Laje e Mara voltam a marcar presença nesta secção, com artigos de incidência associativa, tendo o segundo, também, continuado o seu interessante trabalho sobre St.º António... de Coimbra.

Antes de lhes passarmos a palavra (escrita), renovamos o desafio a outros colaboradores, mesmo leitores não sócios: as páginas do ELO estão abertas a toda a contribuição útil, a todas as sugestões e análises. **ESCREVAM!**

Maomé e a Montanha

Tem sido preocupação dos vários dirigentes da ADFA e dos associados mais atentos, que a nossa Associação se fortaleça no seu tecido social. Têm recorrido a alguma imaginação, mas este esforço pode ser um pouco inglório se não se diversificarem, ainda mais, as estratégias.

A culpa não pode ser vista como sendo exclusivamente dos DFAs. Penso que a Direcção Central e as Delegações devem fazer uma avaliação da sua estratégia e procurar outras formas que aproximem os sócios da ADFA.

Não temos nenhuma chave mágica, mas pensamos que existem «outros caminhos para se ir a Roma».

A ADFA, quanto a nós deve mostrar mais agressividade, junto dos absentistas e daqueles que deveriam ser sócios e ainda o não são.

O levantamento exaustivo dos DFAs seria, quanto a nós um dos primeiros passos a dar, ainda que para tal se solicitasse

a ajuda da Caixa Geral de Aposentações, do Ministério da Defesa e dos próprios associados.

Outro passo importante, para manter as quotas em dia, seria poderem ser feitos os pagamentos das mesmas através da conta bancária, para os que o desejassem.

Poder-se-ia lançar um sorteio, com a ajuda de empresas, para os que optassem por esta modalidade. Seria vantajoso para a ADFA, no campo económico e poupar-se-ia trabalho administrativo.

Que cada um de nós trouxesse outro DFA para a ADFA, seria outra campanha a ser lançada, recorrendo-se ao sorteio de prémios aliciantes.

Deveria haver Núcleos ou pelo menos sócios responsáveis a nível desses voluntários elos de ligação com as Delegações. Seria uma forma de se chegar junto dos mais comodistas. Aqui a escolha devia ser cuidadosa, podendo ser feita entre os próprios sócios locais.

Pensamos que se deve praticar uma gestão agressiva, fazer as contas, traçar objectivos e pô-los em prática.

Existindo, desde a primeira hora, sócios que muito deram à ADFA, nota-se que alguns deles, por vezes, vão sendo afastados dos locais de decisão e substituídos por outros que vêem a Associação como um «furo» ou então como um «penacho» a exhibir.

Apercebemo-nos de que alguns associados e funcionários da ADFA lidam com os que a procuram, assumindo mais a atitude de assalariados. Quanto a nós um sócio/trabalhador deve assumir mais o papel de outro as-

sociado, que está ali para cativar, ouvir e ajudar a resolver os problemas dos que aparecem.

Amanhã poderá certo trabalho ou linhas de acção da ADFA serem postas em causa, por falta de apoio da base associativa.

Quando nos sentimos apoiados temos outro élan para irmos mais longe.

Deixamos, à guiza de conselho, o provérbio maometano: «Se Maomé não vai à Montanha, vai a Montanha a Maomé.»

Jorge J. Lage
Sócio 4987

Santo António não é só de Lisboa também é de Coimbra

(Continuação)

Distinguiu-se também como aluno, tirando partido do ensino de grande qualidade que nessa época tornava famoso o Mosteiro de Santa Cruz. Para além de uma biblioteca particularmente valiosa e diversificada, Santa Cruz albergava mestres doutorados em Paris e outros centros de cultura, cujos ensinamentos o jovem lisboeta ia aprendendo com sofreguidão.

Mas o ambiente de tranquilidade, de pacífico silêncio que se vivia em Santa Cruz não correspondiam à necessidade de sacrifício sentida pelo jovem religioso. Sentia que o seu destino não era apenas o de enriquecer o espírito na calma de Santa Cruz.

Um dia chegaram a Coimbra as relíquias dos Santos Mártires de Marrocos. Eram cinco franciscanos que tinham partido para o Norte de África em apostolado, e que o

rei mouro, Miramolim mandou decapitar, devolvendo os corpos aos cristãos.

O jovem Fernando de Bulhões sentiu então que também ele tinha de ser um pregador combativo e humilde, entendendo que a Ordem de S. Francisco seria a que melhor correspondia a esse desejo.

Ora em Coimbra, tinham os franciscanos fundado, havia poucos anos, um eremitério, lá no alto não longe dos limites da cerca de Santa Cruz. E é para aí que Fernando de Bulhões decide ir, fazendo-se frade franciscano com o nome de Frei António.

Algum tempo volvido parte para Marrocos como missionário.

Mas a sua missão evangelizadora em África não dura senão poucos meses. Acometido pela doença vê-se obrigado a regressar a Portugal. Há quem diga que o barco em que viajava foi empurrado para a costa da Sicília por uma tempestade. O certo é que em 1221, Frei António estava em Itália, no Concílio Geral de Assis, onde conheceu pessoalmente S. Francisco de Assis. Este ficou impressionado com a inteligência, cultura e humildade do jovem português, logo o nomeando padre pregador e professor da Ordem (o que prova o valor que lhe reconheceu, já que estes títulos só eram atribuídos aos que mais se distinguiram e depois de muitos anos de provas dadas).

Daí para a frente a sua fama não parou de crescer, especialmente em Itália e França. Onde quer que estivesse, juntavam-se milhares de pessoas para escutar os seus sermões. E logo começa-

ram a surgir os seus dons de milagreiro.

Morreu em Itália, perto de Pádua, ainda muito novo, com pouco mais de trinta anos, a 13 de Junho de 1231. Menos de dois anos depois, em 30 de Maio de 1233, era canonizado pelo Papa Gregório IV, seu amigo pessoal, naquele que terá sido um dos mais rápidos processos de canonização da história da Igreja.

Ao longo dos séculos têm sido atribuídos a Santo António milhares de milagres, sendo hoje um dos Santos que mais devotos tem em todo o Mundo. Pode dizer-se também que Santo António foi o primeiro português de renome internacional, e que ainda hoje será um dos nossos compatriotas mais conhecido em todo o planeta.

À sua volta teceram-se muitas lendas, algumas baseadas em factos verídicos, outros sem qualquer fundamentação. Há circunstâncias bem curiosas que a história documenta protagonizadas pelo popular Santo António português.

Uma delas relaciona-se com a sua carreira militar. Embora nunca tivesse pegado em armas, Santo António chegou a general do nosso exército. Tudo começou, porque em momentos de batalha se invocou a intercessão do Santo, para que a vitória sorrisse às forças lusitanas. E como tal sucedesse, nomeadamente durante a guerra da Restauração, D. Pedro II assinou um alvará em 24 de Janeiro de 1668, pelo qual António assentava praça como soldado raso, no 2.º Regimento de Infantaria de Lagos. Em 1683 foi promovido a capitão,

«pelos seus bons serviços» militares, nomeadamente por lhe se atribuída a vitória sobre um grupo de castelhanos que procurou surpreender um destacamento do seu regimento que marchava para Olivença. Na sua qualidade de oficial, Santo António auferia um vencimento que começou por ser de 10 mil réis (em 1771) e que em 1883 já aumentara para 15 mil réis. No reinado de D. Maria I foi promovido a major e depois graduado em tenente-general. Em Moçambique, foi capitão do corpo de fuzileiros e na Índia portuguesa foi alferes.

Curiosamente, D. João VI, no Brasil, decerto por não se lembrar da patente a que o Santo já ascendera, promoveu-o a tenente-coronel, o que, de facto, constitui despromoção!

Ainda no Brasil viria a ser agraciado, em 1814, com a Grã-Cruz de Cristo.

Depois da proclamação da República Brasileira, em 1889, o Governo daquele país decidiu suspender o pagamento do soldo ao tenente-coronel Santo António. Mas os franciscanos reclamaram, e o soldo voltou a ser pago até 1904. Nessa data, o marechal Dantas Barreto, ministro da Guerra, mandou suspender esse pagamento por falta de fundamentos legais. Mais tarde, o chefe do Governo brasileiro lavrou um despacho muito curioso, pondo fim à carreira militar activa de Santo António nos seguintes termos:

«O coronel António de Pádua vai quase em três séculos de serviço. No meio-o general e ponho-o na reserva.» **José Maia** (sócio n.º 244)



Associação Portuguesa de Deficientes

Conforme já anunciado em princípios de Agosto pelos seus dirigentes, levou a APD a efeito uma manifestação, em 17 deste mês, junto ao Ministério do Emprego e da Segurança Social que, mau grado o intenso calor que se fez sentir, reuniu algumas dezenas de deficientes de vários pontos do país, muitos deles deslocando-se em cadeira de rodas. Maior apoio financeiro, técnico e humano às organizações de e para pessoas deficientes, falta de verbas nos hospitais para fornecimento de próteses e ortóteses, regulamentação da Lei de Bases da Reabilitação, diferendo com a Secretaria Nacional de Reabilitação

de abertura de diálogo directo com o Governo, foram as principais questões que levaram à convocação e realização de mais esta jornada de luta da APD por uma maior dignificação e reconhecimento da pessoa com deficiência como ser humano válido e capaz.

Entretanto, foi anunciado pelos Ministérios da Saúde e do Emprego e da Segurança Social, o desbloqueamento conjunto de uma verba de quatrocentos mil contos, a ser distribuído por todo o País, em plano descentralizado e em duas fases, decorrendo a primeira até fins de Novembro deste ano.

A propósito, a DC da ADFA salienta, mais uma vez, que defende como sempre o fez, a integral aplicação por parte

NOTICIÁRIO vário

do Estado, naquilo que lhe compete, do estatuído para a população deficiente no Art. 71.º da Constituição da República, na concretização absoluta do direito «à prevenção, ao tratamento, à reabilitação e à integração» assim como no dever de «apoiar as associações de deficientes», em todos os locais em que a nossa Associação intervém, em especial no Conselho Nacional de Reabilitação.

Emprego de pessoas deficientes

Prémio de Mérito 1991

Pretendo constituir «uma homenagem pública e solene, de âmbito nacional, a entidades empregadoras do sector pú-

blico e privado que se tenham distinguido na integração profissional de pessoas deficientes, pela sua contratação» foi criado, em Agosto de 1990, o Prémio de Mérito a que, este ano, podem concorrer «todas as entidades empregadoras do sector público ou privado que tenham admitido deficientes nos seus quadros, no período de 30 de Junho de 1990 a 30 de Junho de 1991», podendo ser proponentes das candidaturas quaisquer organismos públicos, nomeadamente o IEFP, autarquias, instituições de e para deficientes e respectivas Uniões e Federações, entidades do sector cooperativo que se ocupem da reabilitação de pessoas deficientes e ainda Federações e Associações sindicais e patronais.

A data limite para a apresentação de candidaturas é 31 de Outubro de 1991, devendo as mesmas ser feitas na Direcção de Serviços de Reabilitação e nas Delegações Regio-

nais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, podendo mais informações ser pedidas para a Av. José Malhoa, 11-7.º, 1000 Lisboa (telf. 726 25 36).

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas recentemente remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: **Tipografia-Escola ADFA**

(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide

R. Artilharia Um, n.º 107

1200 LISBOA

☎ 65 35 93



«O ÁLCOOL MATA»

Proseguindo, conforme programado pelo DASC, a publicação dos estudos sobre esta matéria, iniciada no último ELO, apresenta-se hoje um artigo do médico psiquiatra da ADFA, dr. Paulo Proença, que, na sua prestação, certamente evidencia algum fruto da convivência e trabalho com antigos combatentes.

«Alcoolismo: aspectos psiquiátricos»

Pode dizer-se sofrerem de alcoolismo as pessoas que ingerem quantidades nocivas de bebidas alcoólicas e experimentam grande dificuldade para modificar este consumo. O critério quantitativo aqui expresso, embora discutível ou insuficiente, parece ser útil sobretudo na medida em que possibilita a cada um fazer uma avaliação rápida e não facilmente iludível da sua relação com o álcool. Assim, a ingestão de uma quantidade de álcool equivalente à que contém cerca de 1 litro de vinho, por dia, constitui um limite para além do qual se está em situação de risco de alcoolismo e se está já a fazer um consumo excessivo, potencialmente nocivo. Convém lembrar que as bebidas de tipo aperitivo contêm cerca do dobro de álcool e as do tipo da aguardente mais do triplo, em relação ao vinho; o consumo de dois copos de vinho ao almoço e ao jantar e uma aguardente no fim de cada refeição atinge já aquele limiar.

Juntamente com este aspecto das quantidades consumidas, salientamos também o aspecto qualitativo, relacionado com a maneira de beber que a partir de certa altura deixa de ser, ou só dificilmente o é, modificável pela vontade da pessoa e passa a ter uma espécie de autonomia própria, regida pela necessidade de sentir os efeitos da bebida; a pessoa já não é capaz de se abster de bebidas ou de beber só uma pequena quantidade — torna-se psicologicamente dependente dos efeitos do álcool. É comum os bebedores habituais dizerem que deixam de beber quando quiserem; trata-se dum convicção generalizada a praticamente toda a gente, incluindo mesmo aqueles que estão convencidos de os seus consumos alcoólicos serem perfeitamente normais. Vale bem a pena fazer a experiência de estar, de facto, alguns dias sem beber qualquer quantidade de bebidas alcoólicas e verificar se isto é possível e se é possível sem esforço significativo

ou sem sentir mal estar físico ou psíquico; se assim não acontecer, é sinal de dependência, os consumos estão a ser nocivos, há uma situação de risco ou de patologia já instalada. Façamos aqui um breve parêntesis para referir que esta mesma experiência é válida para o tabaco, para o café, para certos medicamentos de consumo mais ou menos à revelia da prescrição médica.

A dependência é acompanhada, com os comportamentos alcoólicos ou aditivos dum modo geral, por uma característica atitude de negação; raramente as pessoas se reconhecem, perante outrem e perante si próprias, como bebedores e raramente refere, ou mesmo reconhecem ou têm clara consciência, as quantidades consumidas; como se a bebida fizesse parte de si próprios, do seu mundo interior, qualquer coisa que estivesse ali pronta a aliviar angústias, a dissipar fantasmas, a afastar o desprazer, a proporcionar a possibilidade de comunicar. Um primeiro passo para a cura, para a descoberta de outras vias por onde se possam alcançar estas necessidades, será o poder falar disso com outra pessoa.

Quando a dependência passa a ser também física, a abstinência produz sinais e sintomas de sofrimento biológico; beber torna-se uma necessidade para suprimir o mal estar e para lograr um funcionamento mais adequado ou eficaz nas relações profissionais, sociais e afectivas. As primeiras fases deste estado de dependência física são muitas vezes acompanhadas por um aumento da tolerância ao álcool relacionado com alterações que os próprios excessos da alcoolemia já provocaram nas células, nomeadamente no fígado e no cérebro; podem beber-se maiores quantidades com menores efeitos, o que por si só abre caminho ao crescimento dos consumos — sob a enganosa aparência dum maior capacidade e resistência esconde-se de facto a realidade de uma maior fragilização do organismo que tenta adaptar-se às sucessivas agressões do álcool prescindindo de algumas das suas defesas e sinais de alerta.

Em fases mais adiantadas da dependência física surgem sinais e sintomas que são desencadeados pela abstinência passado um período maior ou menor que pode variar entre algumas horas e alguns dias: tremores das mãos e da língua, câibras, náuseas, vômitos, sensações de formigueiro, suores,

palpitações, irritabilidade, ansiedade; a ingestão de álcool pode fazer passar ou aliviar estes sintomas e assim se estabelece o ciclo fechado da dependência que torna os consumos crescentes e a abstinência improvável e dolorosa sem uma ajuda médica.

O alcoolismo, nas suas diversas formas e fases, faz-se ainda acompanhar por alterações psíquicas, da vida de relação e das estruturas cerebrais. Retrai-se o interesse pelos outros, os membros da família, os amigos, pela actividade profissional, pelas diversas motivações de ordem social e cultural. O carácter modifica-se, surgem cóleras e irritabilidade por pequenos motivos, aparece o ciúme que pode tomar formas graves e declaradamente patológicas, alteram-se e degradam-se as relações familiares. Lentamente, de forma insidiosa e despercebida, se alteram as capacidades intelectuais, a memória, a capacidade de raciocinar e de discernir, o sentido crítico nas suas variadas manifestações; estas alterações podem recuperar-se durante um período relativamente prolongado, pelo tratamento e pela abstinência; elas complicam, contudo, todas as outras capacidades e podem tornar-se definitivas nas fases mais adiantadas e quando se instalam atrofias cerebrais.

O estado clínico mais grave e agudo que surge no decurso da evolução dum história de alcoolismo é o *delirium tremens*. Trata-se dum estado de grande perturbação psíquica e física, com ideias delirantes, alucinações, agitação e grave desordem orgânica. É geralmente desencadeado após uns dias de abstinência ou grande redução do consumo de álcool (que pode ser inevitável, como por exemplo em caso de doença ou acidente) numa pessoa com história de alcoolismo evoluindo desde há alguns anos. Requer tratamento médico e hospitalar urgente e intensivo e é uma situação infelizmente frequente e bem conhecida nos nossos hospitais e que pode conduzir à morte.

A mortalidade devido ao alcoolismo não surge apenas nas suas formas mais graves. Em cerca de metade dos acidentes de viação está implicado o consumo de álcool, bem como em acidentes de outra natureza desde quedas em casa ou na rua até aos acidentes profissionais.

Dr. Paulo Proença
médico psiquiatra

«O deficiente e a integração no meio familiar»

— um estudo/levantamento do Serviço Social da ADFA —

O Serviço Social da ADFA propõe-se efectuar um estudo/levantamento sobre o deficiente e a integração no meio familiar.

Porquê este estudo/levantamento?

A família não é, nem pode ser, encarada extrinsecamente ao deficiente, porque continua a ser o seu grande suporte, e sem a qual será susceptível de se encontrar isolado da sociedade, a qual carece de infra-estruturas adequadas às necessidades da população deficiente.

É à família que cabe o papel insubstituível na problemática da deficiência e a presença de um elemento deficiente na família poderá eventualmente ter repercussões no seu seio.

A situação é mais premente quando o deficiente não tem família, ou esta não possui as condições mínimas para o integrar, vivendo muitas vezes em situações muito precárias, e ao deficiente não resta outra alternativa senão a de sobreviver através da exígua reforma da pensão social ou de invalidez, ou em situações mais extremas da mendicância, recorrendo também ao apoio da Santa Casa da Misericórdia ou ao Centro Regional de Segurança Social.

Por outro lado, em Portugal não há lares nem internatos em número suficiente e com as condições mínimas de segurança, higiene e salubridade exigidas por lei, quer para pessoas deficientes quer para idosos. Em muitos casos, os deficientes chegam à 3.ª idade sem qualquer apoio e aí o seu problema torna-se duplo: ser uma pessoa deficiente e ser um idoso, sem família e sem lar.

A propósito deste tema, o jornal «Expresso» publicou um artigo, no dia 2-3-91, com a designação de «Lares de Velhos — A Escandalosa Miséria da 3.ª Idade em Portugal», que reflecte muito bem a situação dos mesmos em Portugal, sendo este escândalo infelizmente não só da população idosa mas, como já foi referido, também das pessoas deficientes.

Como refere ainda o artigo desse jornal, os lares e internatos oficiais existentes são escassos e a lista de espera prolonga-se por anos, apesar destes lares (sem fins lucrativos) serem os que melhores condições possuem.

Em relação às IPSS (Instituições Privadas de Solidariedade Social) sem fins lucrativos e sob a al-

çada do Estado, são também insuficientes e sem poder de resposta, e vage é algo que não existe.

Em relação aos privados e com fins lucrativos, estes funcionam sem as mínimas condições de higiene e salubridade, sem qualquer privacidade, tendo no entanto custos astronómicos que são incomportáveis para as famílias.

No Serviço Social da ADFA são várias as famílias que recorrem ao mesmo manifestando a necessidade de integrar o seu deficiente num lar, sem que seja possível dar resposta a estas solicitações, pelo menos a curto prazo, apesar de todas as diligências efectuadas nesse sentido.

Também são vários os pais que recorrem ao serviço social inquietos e ansiosos, interrogando-se: «O que será do meu filho quando eu já não o puder ajudar?» Este problema coloca-se ainda mais no que se refere aos deficientes de foro psíquico, sendo a grande maioria dos casos os hospitais psiquiátricos a única solução possível.

Embora ultimamente, e na realidade, a sociedade se debruce cada vez mais sobre a problemática do deficiente, o facto é que estes continuam a debater-se com problemas vários, nomeadamente ao nível de emprego, sendo a deficiência ainda susceptível de limitar-lhes a entrada num mercado de trabalho já por si só saturado, tornando-o assim dependente da família, tendo, inclusivamente, um formando da ADFA sido impossibilitado de efectuar um estágio (pelo menos a curto prazo) por motivo de não ter meio de transporte.

Assim, este estudo reveste-se de importância, tendo o serviço social sentido a necessidade de efectuar um trabalho que possa eventualmente ser conducente a um melhor conhecimento dos problemas dos deficientes (sócios e utentes da ADFA).

Metodologia e técnicas utilizadas

O processo utilizado para o referido estudo/levantamento é através do preenchimento (questionários previamente elaborados).

Estes inquéritos englobam ainda a «observação e contacto com a família dos deficientes e visitas domiciliárias nos casos em que a situação permita um conhecimento 'in loco' da situação familiar».

Sempre que possível, a entrevista é realizada com

o deficiente e os elementos do agregado familiar.

Antes ainda do preenchimento de inquéritos é feita uma recolha de informação (pesquisa de dados) no sentido de obter o número total dos sócios da ADFA (Delegação de Lisboa) e o número possível de sócios a contactar, bem como as visitas domiciliárias a efectuar (as quais constituem o universo deste trabalho).

Numa fase posterior, proceder-se-á ao tratamento de dados.

Este estudo/levantamento tem como objectivos gerais

— Despertar na comunidade interesse pelos programas do deficiente, visando o esclarecimento e informação face aos mesmos;

— desenvolver programas de formação que permitam às famílias encontrar uma solução para os seus problemas geradores de carências graves, propondo medidas concretas, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias e criando estruturas que garantem a reabilitação, assistência e integração adequadas;

— caracterização e conhecimento da família e o seu enquadramento sócio-familiar.

Objectivos específicos

— Conhecer a receptividade e disponibilidade da família face a programas de reabilitação;

— ajudar a família a ultrapassar problemas consequentes de alterações (sociais, económicas e psicológicas);

— fomentar um melhor acompanhamento da família do deficiente de forma a que o processo de reabilitação seja facilitado;

— detectar problemas que possam de algum modo ser suprimidos ou minimizados pelo facto de existir na família um membro deficiente.

Visando estes objectivos, o formulário do inquérito é constituído por várias partes, nomeadamente:

a) identificação do sócio;

b) diagnóstico da situação familiar;

— composição e caracterização do agregado familiar;

— situação habitacional;

— situação económica do agregado;

c) relacionamento do deficiente com a família (pais, irmãos, cônjuge, filhos e outros familiares);

d) alterações sentidas (esta questão vai permitir

Secretário de Estado da Defesa Nacional n



Conforme já referido em «Agenda», e aquando da audiência que concedeu à Direcção Central, em 13 de Setembro corrente, foi o secretário de Estado adjunto do ministro da Defesa Nacional convidado a visitar as obras da nova sede, o que fez no passado dia 20, sendo acompanhado do seu assessor para a área dos deficientes militares, dr. Adérito Pinto.

Recebido por elementos da Direcção Central e do conselho fiscal central, para além dos membros da «comissão de apoio à construção da sede» e do responsável pela fiscalização por parte da ADFA, o dr. Eugénio Ramos fez uma atenta e prolongada visita a todas as áreas da

construção, tendo-lhe sido explicados todos os aspectos e envolvências da obra, quer pelo elemento da DC encarregue do respectivo acompanhamento, quer pelos responsáveis pela empresa construtora, nomeadamente o eng.º Marques Inácio, que, por outro lado, satisfizeram as perguntas interessadas daquele responsável governamental.

No final desta primeira parte da visita, o presidente da ADFA não quis deixar de manifestar ao dr. Eugénio Ramos o agradecimento pela sua disponibilidade para esta «sessão de trabalho no terreno, salientando que, sem dúvida, dentro da actuação do Governo

para com a ADFA, o papel do secretário de Estado da Defesa tem sido elemento chave. Fazendo, depois, uma breve análise do historial da obra em construção, que muitos não acreditavam ser possível, havendo mesmo, ainda agora, quem continue a duvidar, José Arruda lembrou o contributo de outras entidades, entre elas a Instituição Militar — com uma palavra especial para lembrar o general Firmino Miguel —, os ministérios do Emprego e da Segurança Social e das Obras Públicas, bem como a Câmara Municipal de Lisboa, tendo referido que, a nível interno, há forte vontade de ampliação da campanha de fundos, de modo a, com ela, se ga-

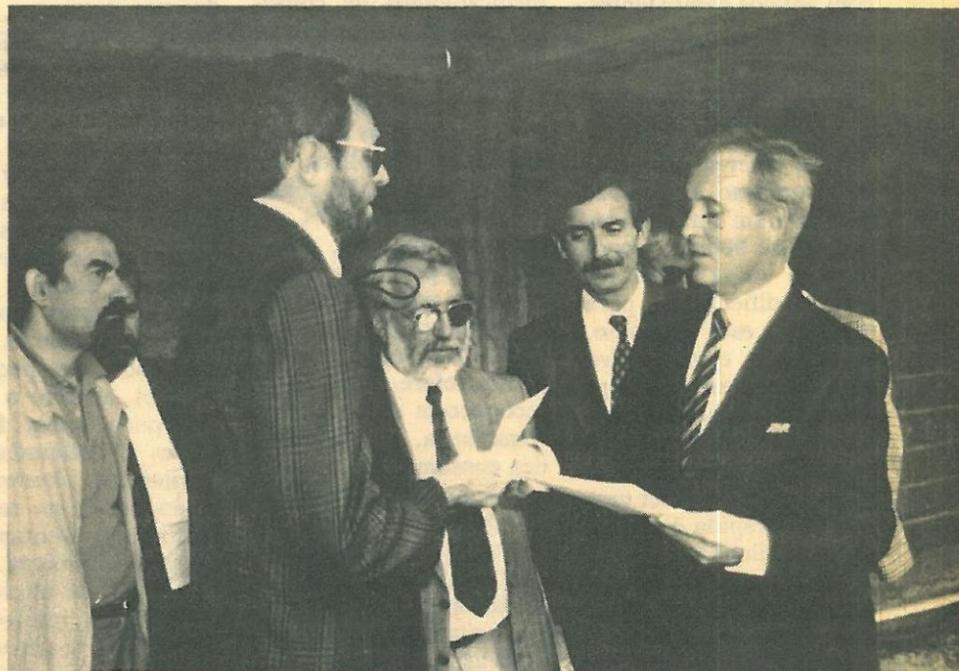
rantir, pelo menos, o mobiliário da nova sede.

Salientando, seguidamente, o problema/realidade do aproximar, a passos largos, de um futuro com maiores dificuldades, em termos físicos e psicológicos, nomeadamente para os grandes deficientes, associou-lhe a necessidade de um melhor

hão-de, cada vez com mais assiduidade, visitar a ADFA.

Ao responder, e agradecer, as palavras do presidente da ADFA, o secretário de Estado começaria por afirmar que não tinha quaisquer dúvidas que a obra, com um processo já de 4 anos, iria ser, de certeza, acabada

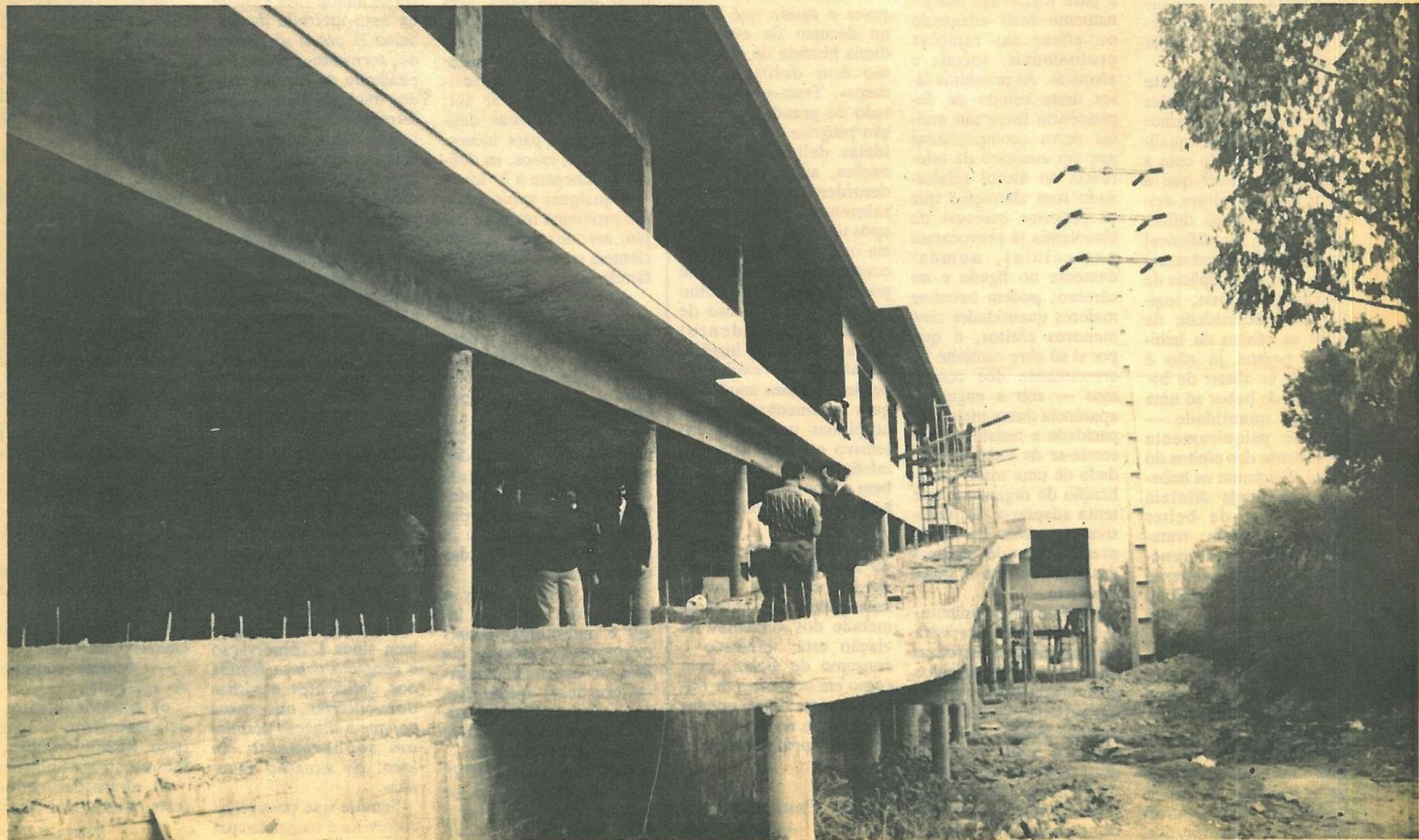
ção de projectos realistas, sendo a ADFA um caso exemplar do apoio que deve e tem de ser dado às ONG, quer pelo seu trabalho interno de reconversão profissional e reinserção social dos deficientes militares, quer pela sua participação externa que muito tem prestigiado o país.



aproveitamento do Lar Militar, ali tão perto. Finalmente, e falando de cooperação e relações internacionais, disse da importância que, em tal campo, as novas instalações adquiriam, permitindo vir a receber, congnamente, os antigos combatentes, e outras entidades, que, dentro das actividades relacionadas com a União e a FMAC

nos prazos previstos, sendo apenas de lamentar que não tivesse sido tão depressa como todos gostariam, mas tinha sido preferível um andamento mais lento, mas seguro e sem impasses. Reforçando a ideia sempre por si manifestada, considerou depois que ao sector público não compete fazer tudo, mas sim criar condições para a concretiza-

A propósito do referido pelo presidente da ADFA quanto à questão da idade dos associados, reconheceu que o avanço dos anos faz ganhar novos contornos ao apoio e atenção que têm de ser dados, o que, aliás, tendo já sido debatido em Bad-Ischl, certamente o será de novo, agora em Helsínquia, na próxima assembleia geral da FMAC,



na nova Sede: «Esta obra não pode parar!»

stas,
caso
que
lo às
tra-
con-
re-
cien-
pela
erna
gia-

reunião a que, para além de garantida já a participação de uma delegação da ADFA, estará presente uma outra do Ministério da Defesa, possivelmente composta pela própria directora do Serviço de Estudos e Segurança Social/Direcção-Geral de Pessoal e Infra-estruturas e pelo assessor ali presente, dr. Adérito Pinto.

A terminar, o secretário de Estado da Defesa Nacional informou da atribuição de um reforça-

de verba para a construção ainda para 1991, de 25 mil contos, 15 dos quais foram então entregues ao presidente da direcção central da ADFA.

«Elo», e antes de se passar ao local onde se encontrava uma exposição fotográfica sobre as várias fases da obra, organizada pela firma construtora, e que na altura serviu um pequeno bebereite aos presentes, ouviu, para os seus leitores, o dr. Eugénio Ramos.

outras áreas responsáveis também têm vindo a confirmar as suas disponibilidades. Portanto, repito, é uma obra que vai acabar, tem mesmo de acabar!

ELO: Um outro assunto, agora: os problemas dos deficientes não se prendem apenas, infelizmente, com meras questões administrativas, e este é, fundamentalmente, um edifício administrativo. O aspecto físico, o andar dos anos, e outras causas, certamente que implicarão uma maior necessidade de vindas mais frequentes a Lisboa, e aqui depara-se-nos, principalmente em relação aos grandes deficientes, a questão da dificuldade das estadas, por prazos mais ou menos prolongados, sabendo-se que em poucos locais haverá as condições de alojamento e assistência necessários.

Estando o Lar Militar tão próximo da nova sede, há alguma ideia quanto a um seu melhor aproveitamento, em termos, por exemplo, da sua utilização no caso apontado?

SEDN: O Lar é uma infra-estrutura que, tendo um potencial bastante in-

litar de Angola, outro de Moçambique e outro ainda da Guiné-Bissau, como foi decidido aquando da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, realizada o ano passado, assim como posso informar que estamos a estudar a hipótese de para lá serem transferidos alguns dos deficientes acamados que ainda estão no anexo do HMP, em Campolide. São exemplos de aproveitamento daquelas instalações, e outros casos, em função das necessidades, poderão ser analisados. Aliás, espero dentro em breve ter uma troca de impressões com a Comissão Técnica do Lar, a qual, tendo já reunido, certamente terá propostas concretas a apresentar.

ELO: Falando de infra-estruturas, podemos falar, também, de infra-estruturas legislativas, digamos assim. Tudo tem que ser baseado em processos legislativos. Como é que está o gabinete de apoio aos deficientes militares? Já está montado, está em vias de...?

SEDN: A Divisão de Estudos e Segurança So-

remodelação, as direcções-gerais poderão desenvolver-se e prosseguir os seus trabalhos, o que se espera verificar ainda no final deste ano, princípios do próximo. Só nessa altura, portanto, a de pessoal e infra-estruturas, como as outras, poderá assumir, cabalmente, a sua actividade na área do apoio e do estudo de medidas de política ligadas com os deficientes militares.

ELO: Em relação à legislação propriamente dita, há novos andamentos sobre as propostas e projectos que estão em análise?

SEDN: Como sabe, estando em processo eleitoral não há reuniões do

zer, como secretário de Estado e membro do Governo, e co-responsável nesta área, é, em primeiro lugar, uma palavra de reconhecimento, porque se trata de pessoas cuja generosidade ao serviço da Pátria determinou as deficiências de que são portadoras. Em segundo lugar, é uma palavra de esperança, na medida em que nós temos, de uma forma genérica o País tem hoje, mais condições do que tinha há anos, para apoiar a resolução dos problemas dos deficientes militares, particularmente a sua reabilitação física, a sua reconversão profissional e a sua reinserção social. Uma palavra de esperança, também, porque

perguntou:

ELO: Sr. secretário de Estado, uma breve opinião sobre a obra acabada de visitar.

SEDN: Devo dizer, em primeiro lugar, que fiquei fortemente impressionado com o que vi, principalmente pelas dimensões e pelo equilíbrio arquitectónico do edifício, dado que quando observamos uma maqueta ou um desenho não temos, realmente, a verdadeira noção do que representam. Não há dúvida de que, pelas condições como foi pensada e planeada, e pela forma como está a ser executada, a nova sede da ADFA vai permitir integrar todo um conjunto de serviços de apoio aos deficientes militares e, simultaneamente, possibilitar uma vivência sem problemas de barreiras arquitectónicas, o que só por si é raro no nosso País, devendo ser exemplo a seguir noutros casos. E é também exemplo de uma obra melhor, de uma ideia que se provou fazer sentido, ser razoável e ter possibilidades de concretização. Apesar de, como disse há pouco ao vosso presidente, a construção não ter sido tão rápida como se desejaria, embora segura e garantida, penso que devemos estar todos de parabéns: a ADFA porque tem, para o futuro, melhores bases para continuar a desenvolver os seus objectivos em prol dos deficientes militares; o Governo — e o sector público em geral —, e as entidades responsáveis pela reconversão profissional e reinserção social dos deficientes, em geral, e dos deficientes militares, em particular, pelo facto de verem que de uma iniciativa de uma organização não governamental, com o apoio totalmente merecido dos dinheiros públicos, nasce uma obra que reúne todas as condições para, de futuro e de facto, vir a permitir substancial melhoria

do trabalho que tem vindo a ser feito pela ADFA.

ELO: Pode-se, então, deprender das suas palavras que há verdadeira garantia de que esta obra vai acabar?

SEDN: Ah, disso não tenho dúvida nenhuma. Esta obra não pode parar! Estando já com um grande grau de execução, o ponto da situação que fizemos ainda há pouco



tempo, em termos de verbas necessárias para terminar, permitiu-nos chegar à conclusão de que já falta menos do que aquilo que já está feito. Financiado, como sabe, por três ministérios: o do Emprego e da Segurança Social, o das Obras Públicas e o da Defesa Nacional, o esforço deste último, e estou certo de que o dos outros também, não vai abrandar. Aliás, acabei de anunciar o reforço, ainda para este ano, de mais 25 mil contos, de forma a garantir que entramos em 1992 já numa fase terminal dos trabalhos, sem percalços, e pelo que julgo saber, as

interessante, não está aproveitado na sua totalidade, pelo que essa questão tem sido tomada em atenção. Assim, desde 1987 que foi determinada uma orientação no sentido de uma utilização preferencial, a ser estabelecida em protocolo, designadamente no que diz respeito quer às estruturas ligadas à recuperação física, e que não estão completamente reanimadas, quer à capacidade de alojamento, que não está totalmente esgotada. É, como se disse, matéria que tem vindo a ser acompanhada, e posso lembrar a predisposição do Lar para receber um grande deficiente mi-

cial da Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas já tem nomeada a sua chefe, e penso que já foram escolhidos os primeiros colaboradores. Infelizmente ainda não se pode andar mais depressa por um problema ligado à disponibilidade de instalações. A lei orgânica das bases da organização das Forças Armadas, recentemente aprovada na Assembleia da República, permite, e obriga, a uma reestruturação global dos serviços centrais do MDN e do EMGFA, através da qual se vai processar toda uma reinstalação daqueles no edifício da Ilha da Madeira. Só depois dessa

Conselho de Ministros, pelo que não há divulgação de medidas a nível de decreto-lei, o que não impede que, numa perspectiva de continuidade de preocupações com estas problemas, continuemos a estudá-los. E assim, ainda na última reunião com a Direcção da ADFA, fizemos o ponto da situação sobre algumas matérias relacionadas com a situação dos deficientes em serviço com grau de incapacidade entre os 60 e os 80%; com casos de nacionalidade de quem se quer ainda habilitar ou que, estando a habilitar-se, não tem o processo resolvido; com o Estatuto do Deficiente Militar e, também, com alguns aspectos referentes a fiscalidade e forma de cálculo de pensões dos deficientes das Forças Armadas. É um processo permanente, a realidade é dinâmica e nós continuamos a acompanhar estes assuntos, embora, em termos da sua materialização concreta, isso seja algo que tem de esperar até à formação do próximo Governo.

ELO: Para terminar, deseja dizer alguma coisa aos deficientes militares?

SEDN: O que quero di-

os deficientes militares possuem algo de muito importante, possuem uma organização que tem mostrado, ao longo deste tempo, ser dirigida de uma forma extremamente responsável, preocupada com os problemas, moderada nos seus anseios, ou por outro lado, moderada na vontade de ver realizados, em termos imediatos, os seus anseios não tem de ser moderada nos anseios a médio e longo prazos —, mas que tem sido, também, um interlocutor que o Governo considera extraordinariamente válido, um permanente, digamos, estimulador da sua actividade, com propostas que sendo, na maioria dos casos, válidas e com sentido, dado que estão ao alcance das disponibilidades públicas, têm vindo a ser consideradas.

Finalmente, gostaria de dizer uma palavra de certeza em relação ao acto que estamos hoje aqui a acompanhar, uma visita de rotina aos trabalhos de construção da nova sede administrativa da ADFA. É uma palavra de certeza porque, reafirmando aquilo que já disse a outra pergunta sua, esta casa vai ser terminada, e não dentro de muito tempo!





EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

Nós com os outros

— Agosto de 1917, na frente da Flandres, a guerra de trincheiras no sector de Neuve Chapelle, onde se encontra parte do CEP (Corpo Expedicionário Português), sofre mais um ataque dos alemães, com lançamento de gases que atingem, entre outros, provocando-lhe asfixia, o ainda tão recentemente promovido 2.º sargento de Infantaria Delfim Neves, da 4.ª Comp/Bat. Inf. 23, do que viria a resultar, anos e sofrimentos passados, uma incapacidade de 60%.

Sócio n.º 12 068 (31 Jan.), o major graduado Delfim das Neves teve de «contornar» algumas dificuldades com a data certa de nascimento quando, ainda só com 15 anos de



idade, se alistou voluntariamente no Exército (Out-15-RI 23/Coimbra), tendo partido para França em Fevereiro de 1917, aí tendo permanecido até Junho de 1919.

Nascido em 9 de Setembro de 1901, faleceria a 5 de Março de 1991. «Elo», que havia pretendido entrevistar este nosso associado em Setembro do ano transacto, o que foi impossível devido ao seu estado de saúde, que não viria a melhorar, não quer deixar de prestar tão singela homenagem à memória deste combatente da I Grande Guerra, no mês em que completara 90 anos.

Deixa viúva, a sr.ª D. Odete Mesquita Henriques Antunes Cabrita Neves, e um filho.

SÓCIOS FALECIDOS

AMADEU DE FREITAS GOUVEIA, sócio n.º 11 185, natural de S. Gonçalo e residente em Caminho dos Saltos, Concelho do Funchal, faleceu no passado dia 14 de Junho de 1991.

Sócio com 70 por cento de desvalorização.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Ilda Luzia Nóbrega F. Ferraz Gouveia e três filhos.

MANUEL RODRIGUES DA FONSECA, sócio n.º 4555, natural e residente em Lugar da Tulla Nova, Concelho de Castro Daire, faleceu no

passado dia 24 de Junho de 1991.

Sócio com 52 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique ao ser atingido por tiros aquando de uma emboscada.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Adília Duarte Paiva e um filho.

JOAQUIM DE OLIVEIRA, sócio n.º 7288, natural e residente em Granja do Tedo, Concelho de Tabuaço, faleceu no passado dia 15 de Julho de 1991.

Sócio com 20,8 por cento de desvalorização, so-

freu o seu acidente na Guiné devido a choque entre duas viaturas.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Maria da Conceição Coutinho Batista e Oliveira e dois filhos.

JOSÉ MARCELINO VIEIRA ESTEVÃO, sócio n.º 12 429, natural e residente em Boliqueime, Concelho de Loulé, faleceu no passado dia 16 de Julho de 1991.

Sócio com 56,5 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola, aquando do reentamento de uma granada.

ÁLVARO DA CONCEIÇÃO DIONÍSIO, sócio n.º 11 493, natural da Covilha e residente em Coimbra, Concelho de Coimbra, faleceu no passado dia 26 de Julho de 1991.

Sócio com 80 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente quando ministrava instrução.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Maria Elisa Gomes C. da Costa Dionísio e três filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

DESPORTO

Integrando o grande movimento olímpico, e seguindo-se imediatamente aos Jogos de Barcelona 92, realizar-se-á naquela cidade espanhola, já daqui a um ano (3/14 de Setembro), a IX edição dos «Jogos Paraolímpicos», no qual Portugal estará representado por vários atletas, competindo em diversas modalidades.

Pela primeira vez, um nosso associado pode-

rá fazer parte da equipa nacional, dado que Orlando da Ressurreição Reis está já pré-seleccionado, tendo obtido os mínimos na disciplina de atletismo que pratica, lançamento do disco, em 13 de Abril passado, atingindo 35,30 m. (mínimo 35 m), numa prova especialmente destinada à tentativa de obtenção de marcas.

«ELO» espera, a partir do próximo número e sempre que possível, acompanhar este nosso atleta nos seus treinos, assim como dar notícias sobre a restante representação portuguesa.

CENTRO MÉDICO CIRÚRGICO CENTRAL DE LINDA-A-VELHA E MIRAFLORES

SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE (SMP)
URGÊNCIAS DENTÁRIAS

E
DIVERSAS ESPECIALIDADES MÉDICO-CIRÚRGICAS

SEDE: Av. Carolina Michaëlis, 30, r/c - B - em LINDA-A-VELHA — Tel. 419 20 83-419 40 59
(Entrada pelo n.º 22-D da Rua Diogo Couto)

FILIAIS: Primeira com Laboratório de Prótese Dentária em ALGÉS

Av. Combatentes da Grande Guerra, 48 - B (Edifício da C. G. D.) — Tel. 411 46 66

Segunda e Terceira a inaugurar durante o corrente ano respectivamente em, CASTELO BRANCO e LAGOS

A — Apoiamos especialmente:

1.º Nossos utentes ditos Fundadores e Convencionados.

2.º Atletas de Alta Competição em geral, mas especialmente os do SCP, Club Maratona de Portugal e da FPF (Ex. juniores).

3.º Artistas de reconhecida categoria mundial (ex. Mike Jagger, Victor Mendes, Raul Solnado, Francisco Nicholson, José Viana e Dora Leal, etc.).

4.º Sócios de um Serviço Médico «Expresso».

5.º Embaixadas, Empresas Seguradoras e muito especialmente os militares dos 3 Ramos das FA's mormente os seus Deficientes.

B — Somos um modelo de Policlínica que desejaríamos ver implementada a nível de todas as Freguesias ou Bairros do País, pois para nós tem sido aquele que melhor aceitação tem merecido da parte do crescente número de Utes (em primeiro lugar) e dos nossos Servidores (em segundo lugar).



NOTE BEM: LEIA ATÉ AO FIM É DEFICIENTE FÍSICO? QUER TRANSFORMAR A SUA VIATURA?

(QUALQUER MODELO)

COM APROVAÇÃO GARANTIDA PELA

DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO

— TECNOLOGIA RECONHECIDA PELA CEE —

Sabia que CLAY REGAZONNI, ex-piloto Fórmula 1 que ficou parapléptico num acidente no Grande Prémio — nos Estados Unidos — América — conduz em viaturas por nós transformadas?!

☎ (02) 989 29 45 — RIO TINTO — PORTO
CONTACTE O «GRANDE PRÉMIO»

É DEFICIENTE FÍSICO E QUER TIRAR A CARTA DE CONDUÇÃO?

CONSULTE



ESCOLA DE CONDUÇÃO

«O GRANDE PRÉMIO»

SERAFIM DE SOUSA E SILVA

A ÚNICA DO GÉNERO EM PORTUGAL E NA EUROPA
Rua das Perlinhas, 451-467 (junto Estação Caminhos-de-Ferro)
Apartado 44 — 4436 RIO TINTO — PORTO — ☎ (02) 989 94 02

A DISTÂNCIA NÃO É BARREIRA

Não se pasme com estas afirmações!

- Obtenha a sua carta de condução entre 5 e 10 dias.
- Se necessitar estadia, garantimos alojamento.
- Venha saber porque é que a nossa Empresa já mereceu os mais rasgados elogios da RTP, entidades do Governo e outros órgãos da Comunicação Social, por várias vezes.

— Após obtenção da sua carta de condução nesta escola, cada aluno tem ao seu dispor mais de uma centena de contos, totalmente oferecidos pelo Governo, podendo receber directamente nesta Empresa.

E ESTA, HENI SÓ NESTA EMPRESA

Inscriva-se já. Oportunidade ímpar e limitada. Mais vale prevenir e encantar-se connosco. Só não tira a carta quem não tem cabeça.

RECORTE E GUARDE ESTA NOTÍCIA
PARA SI OU PARA PESSOA AMIGA

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 91.07.15

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 3 p	1 018 457\$00	1 401 422\$00
Renault Clio RL 1.1 5 p	1 075 257\$00	1 467 878\$00
Renault Clio RN 1.2 3 p	1 137 787\$00	1 571 997\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 195 510\$00	1 639 533\$00
Renault Clio RT 1.2 3 p	1 277 091\$00	1 734 982\$00
Renault Clio RT 1.2 5 P	1 333 751\$00	1 801 275\$00
Renault Clio RT 1.4 3 P	1 356 853\$00	1 987 518\$00
Renault Clio RT 1.4 5 p	1 414 577\$00	2 055 055\$00
Renault Clio Baccara	1 879 988\$00	2 599 586\$00
Renault 19 TR 5 p	1 385 414\$00	1 899 418\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 495 002\$00	2 154 417\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 719 892\$00	2 417 538\$00
Renault 19 TR Drive	1 403 006\$00	1 920 000\$00
Renault 19 GTS Dynamic	1 528 223\$00	2 193 286\$00
Renault Chamade TR	1 399 130\$00	1 915 466\$00
Renault Chamade GTS	1 524 561\$00	2 189 001\$00
Renault Chamade TSE	1 753 955\$00	2 457 392\$00
Renault TR drive	1 416 681\$00	1 936 000\$00
Renault 21 GTI Bicorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault 4 GTL	938 986\$00	1 308 441\$00
Renault 4 TL Savane	840 634\$00	1 130 002\$00
Renault Express Combi, 5 lug.	1 270 186\$00	1 704 720\$00
Renault Express Hobby	1 369 044\$00	1 820 384\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Renault 19 GTS	1 739 660\$00	2 423 082\$00
Renault 19 TSE	1 959 928\$00	2 680 795\$00
Renault — Clio Baccara	2 050 988\$00	2 810 186\$00

Transferência+Transportes=
Renault 4 — 17 980\$00; Renault Clio — 17.980\$00; Renault 19 — 22.480\$00; Renault Chamade — 22.480\$00; Renault 21 — 22.480\$00; Renault Express, 22.480\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 19 891\$00 e os 30 817\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

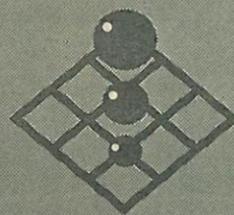
Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51);

Porto: Primeiro sábado de cada mês;

Outras Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegado de vendas: Sr. Bernardes



**FEIRAS E CONGRESSOS
EXPONOR**



AJUTEC' 91

**1ª FEIRA INTERNACIONAL DE AJUDAS TÉCNICAS E
NOVAS TECNOLOGIAS**

**PORTO
PORTUGAL**

6 A 10 DE DEZEMBRO

**ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE — DIVISÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES
EXPONOR — FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO 4450 MATOSINHOS
TELEFS. (02) 9961569 / 9961495 - 10 LINHAS — FAX: (02) 995 74 99 — TELEX: 28751**

NGM

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Continuando em bom ritmo a construção da nova Sede, salientou-se, neste período, a visita que fez às obras fez o dr. Eugénio Ramos, Secretário de Estado-Adjunto da Defesa Nacional, do que se dá notícia mais alargada noutra local.

Quanto às nossas contas... uma série de correcções a fazer, todas respeitantes à Sede. Assim, tendo-se verificado uma certa confusão na passagem das relações de Fevereiro e Março últimos, devem ser retirados da primeira os nomes dos sócios Mário A. C. Matos/1183 (2300\$00) e Bernardino C. Dias/5365 (2300\$00), por sobreposição com Março, devendo ser acrescentado a esta segunda lista o sócio Joaquim G. Dias/5080 (5000\$00). Por outro lado, em Julho, houve uma falha de composição, pelo que haverá que interpor-se/atribuir-se ao sócio n.º 8638, Mário L. Ferreira, a quantia de 10 000\$00 (e não 20 000\$00, que pertence a Joaquim F. G. Santos/8640), devendo, a partir daí, todas as outras quantias descer uma linha.

Dos factos as nossas desculpas (só não nos desculpamos é se até ao ELO de Dezembro não atingirmos os dez milhões de escudos!...).

Transporte (JUL91) 8 168 638\$20

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
-----	------	---------

(Sede)

	Rectificação	400\$00
11 453	Augusto J. Chasqueira	50 000\$00
9 129	Eusébio S. Faustino	10 000\$00
3 298	Joaquim P. Américo	10 000\$00
1 822	Amadeu C. Maia	20 000\$00
11 815	Dinis C. Rodrigues	20 000\$00
1 212	Vitorino N. Fernandes	10 000\$00
1 694	Leonel A. F. Ribeiro	20 000\$00
12 408	Eduardo R. Rebelo	15 000\$00
7 362	Cândido Sá	1 000\$00
4 637	Leocádio J. Santos	5 000\$00
7 817	Manuel L. Garcia	9 000\$00
1 553	Manuel E. Casmarrinho	5 000\$00
50	António L. C. Pereira	2 000\$00
10 581	Fernando F. Franco	3 000\$00
10 972	Alberto F. Antunes	3 000\$00
8 585	Kapuidji Nhindji	5 000\$00
7 219	Carlos D. Matos	1 000\$00
10 751	Américo P. Machado	5 000\$00
3 336	Daniel P. Garcia	5 000\$00
4 503	António E. Soares	2 000\$00
711	João A. G. Cachucho	5 000\$00
10 006	João S. Bento	5 000\$00
5 236	Agostinho R. Turfbio	5 000\$00
6 908	Leonel C. Barona	5 000\$00
11 871	Amândio L. Pinto	5 000\$00
11 413	José E. Rodrigues	5 000\$00
230	Nuno C. Conceição	5 000\$00
9 800	Manuel M. Marques	1 000\$00

(Castelo Branco)

3 441	Manuel P. G. Silva	2 300\$00
4 497	António M. A. Silva	2 000\$00

8 121	João R. Gil	10 000\$00
10 527	Joaquim S. Mesquita	1 500\$00
11 349	Vicente P. C. Reis	2 000\$00
1 844	Francisco J. S. A. Carrega ...	5 000\$00
11 110	José S. Nave	5 000\$00
12 338	António H. Morão	2 000\$00
11 105	António N. Mateus	10 000\$00
1 166	António J. Raposo	7 300\$00
10 322	António A. Carvalho	5 000\$00

(Évora)
5 758 Alfredo J. C. N. Romão 1 000\$00

(Funchal)
6 Ivo A. G. F. Paulino 20 000\$00

(Viseu)

1 223	Germago, C. Sousa	2 000\$00
9 264	Custório F. L. Valente	20 000\$00
1 971	José A. Serrano	10 000\$00
12 339	António Rodrigues	5 000\$00
5 306	Domingos R. Costa	5 000\$00
12 296	João C. N. Fernandes	2 000\$00
11 140	Francisco J. O. Assunção	1 000\$00
1 180	António R. Cardoso	5 000\$00

N/SÓCIOS

NOME	QUANTIA
Ilda F. Nunes Santos	1 000\$00
A transportar (SET91)	8 530 138\$20

(Sede)

O deficiente e a integração

(Continuação da 5.ª pág.)

averiguar se a presença de um elemento deficiente na família alterou a rotina familiar);

— alterações psicológicas (conflitos familiares), necessidades de consulta de especialidade, dependência de medicamentos, álcool e estupefacientes;

— alterações económicas (assistência médica e medicamentosa);

— alterações na vida profissional;

— alterações ao nível habitacional;

— alterações na rotina familiar;

— alterações nos planos de vida;

— outras alterações sentidas;

e) receptividade e colaboração da família face a programas de reabilitação.

Esta última abordagem vai permitir não só avaliar a receptividade da família no que respeita à colaboração que poderá eventualmente dar ao deficiente como obter conhecimentos ao nível dos equipamentos sociais existentes, os que conhe-

ce e os que utiliza, ao mesmo tempo que permitirá averiguar as necessidades sentidas pela comunidade e pela família, e um maior conhecimento das estruturas existentes.

Para finalizar resta dizer que os objectivos a atingir com este trabalho têm subjacente a ideia de que «não basta criar leis», é preciso sensibilizar as pessoas ditas normais para esta problemática e levá-las a uma «mudança de atitudes» e da forma de encarar os outros, incentivando os organismos adequados (Estado de uma maneira geral, empresários em particular) a criar as condições para a integração da pessoa deficiente na sociedade, passando pela criação de infra-estruturas e eliminação de barreiras arquitectónicas, para que este possa ser considerado tão válido e capaz como qualquer outro cidadão e deixar de ser um «estigmatizado» segregado da sociedade.

Dr.ª Gracinda Benedito

Técnica de Serviço Social

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0S 3P	1 000 310\$00	1 346 885\$00
SW 1.2NV 3P	1 075 110\$00	1 532 353\$00
SW 1.2NV 4P	1 146 310\$00	1 615 657\$00
SW 1.2NV 5P	1 125 210\$00	1 590 970\$00
GL 1.2NV 3P	1 155 270\$00	1 626 140\$00
GL 1.2NV 4P	1 207 170\$00	1 686 863\$00
GL 1.2NV 5P	1 189 770\$00	1 666 505\$00
GL 1.4NV 5P	1 219 970\$00	1 847 908\$00
JOY 1.4NV 3P	1 321 320\$00	1 966 487\$00
SW 1.5D 4P	1 386 010\$00	2 127 310\$00
SW 1.5D 5P	1 374 710\$00	2 114 089\$00
KADETT		
LS 1.28C 3P	1 309 900\$00	1 807 057\$00
LS 1.28C 5P	1 364 900\$00	1 871 407\$00
LS 1.4SC 3P	1 419 200\$00	2 081 007\$00
LS 1.4SC 4P	1 496 900\$00	2 171 916\$00
LS 1.4SC 5P	1 484 700\$00	2 157 642\$00
LS 1.7DA 4P	1 622 100\$00	2 216 007\$00
LS 1.7DA 5P	1 600 800\$00	2 691 086\$00
BEAUTY 1.4NV 4P	1 630 700\$00	2 328 462\$00
BEAUTY 1.4NV 5P	1 618 600\$00	2 314 305\$00
BEAUTY 1.5TD 4P	1 949 700\$00	2 786 827\$00
BEAUTY 1.5TD 5P	1 937 500\$00	2 772 553\$00
LS 1.7DA 5P	1 720 800\$00	2 831 486\$00
LS 1.5TD 5P	1 948 400\$00	2 785 306\$00
VECTRA		
GL 1.4 4P	1 693 900\$00	2 402 406\$00
GL 1.4 5P	1 740 100\$00	2 456 460\$00
GL 1.7D 4P	2 050 700\$00	3 217 269\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 401 291\$00	1 916 999\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 720 950\$00	2 291 000\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 893 501\$00	2 940 000\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 395 210\$00	3 527 000\$00
JETTA CL 1.3	1 491 890\$00	2 023 000\$00
JETTA CLD 1.6	1 953 992\$00	3 010 775\$00
JETTA CLTD 1.6	2 448 201\$00	3 589 000\$00
PASSAT CLTD 1.6	2 802 048\$00	4 003 000\$00
PASSAT VAR CLTD 1.6	3 032 818\$00	4 273 000\$00
AUDI 80 TD 1.6	2 513 500\$00	3 665 399\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.



PONTO DE ENCONTRO

Como se vem repetindo desde há anos, vai realizar-se no próximo dia 5 de Outubro o já tradicional almoço/convívio dos antigos combatentes da Guiné, desta vez no restaurante típico «O Sarai-va», do Cartaxo.

Os interessados (que podem inscrever familiares) devem escrever para:

— 10.º almoço/convívio-Guiné 91; Apartado 42; 3531 MANGUALDE (ao c/ Peralta de Carvalho).

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e quintas-feiras, às 14 horas
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas.
PSICOLOGIA — «Stress de guerra» dr.ª Paula Frazão	Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
SERVIÇO SOCIAL Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito	Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE: Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00
BAR E CANTINA Segundas a sextas-feiras 10H10/10H30 (só pequenos-almoços); 12H30/18H00
SECÇÃO FOTOGRÁFICA: Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

CENTRO DE REABILITAÇÃO DA ADFA Porto

Serviços Disponíveis

— Apoio Social	— Reabilitação Funcional
• Informações gerais	• Prótese e ortóteses
• Primeiro contacto com utentes	• Consultas de Fisiatria
• Encaminhamentos	• Consulta de Clínica Geral
— Consulta Psicológica	• Fisioterapia e Terapia Ocupacional
dr.ª Maria Jorge	— Consulta de Psiquiatria
— Promoção de Emprego	Marcações:
Vítor Pinto	dr.ª Helena Sôeiro

☎ 02/82 40 55

☎ 02/82 07 19

• As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
• As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
• As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

JORNAL ASSOCIATIVO

No seu programa de trabalho para o biénio 91/93, os Órgãos Sociais Centrais definiram, como tarefa prioritária a desenvolver, o rejuvenescimento e revitalização do tecido associativo, área nunca menosprezada mas que, 17 anos volvidos, nos merece, a todos, atenção aturada no intuito de dinamizar e ampliar a participação dos sócios na vida colectiva da ADFA.

Pensou assim a Direcção do ELO criar esta nova rubrica que, designando-se por «Jornal associativo», pretende constituir-se em janela do pulsar da nossa casa, dando melhor conhecimento das actividades internas acontecidas e, na

O porquê!

medida do possível, também das projectadas, divulgando, atempadamente, a sua realização, motivando a colaboração e a militância, sem que, com tal informação, se pretenda eliminar as notícias das Delegações e dos Núcleos, as quais continuamos a solicitar e acarinhar.

Esperando que este novo espaço seja cada vez mais alargado, reflexo de uma forte e vivida acção comum, pensa o ELO poder vir a prestar, assim, uma melhor contribuição para maior coesão e consciência associativa de todos os deficientes militares.

Reunião dos Órgãos Sociais Centrais



Tendo em vista um maior acompanhamento da actividade da ADFA e mais ampla participação na tomada de decisões na área da sua competência, reuniram no passado dia 20, na Sede, os Órgãos Sociais Centrais (O.S.C.).

Foram prestadas e trocadas informações de diversa índole pelos elementos da Mesa da Assembleia Geral Nacional, da Direcção Central e do Conselho Fiscal Central, tendo-se, seguidamente, analisado com mais cuidado o propósito comum de reanimar e re incentivar a vida associativa. Decidiu-se, assim, e no que ao presente ano respeita, iniciar uma série de contactos

informativos e de esclarecimento mútuo com os órgãos sociais regionais de todas as Delegações, a terem lugar nos fins-de-semana de 9/10 e 16/17 do próximo mês de Novembro, com o intuito da recíproca sensibilização para os problemas nacionais e locais, preconizando-se, para 1992, a realização, em todas as Delegações, de encontros associativos que, sempre que possível, se estendam à população e realidades em que se inserem.

Com o propósito de analisar os desenvolvimentos associativos, e preparar tais encontros, reunir-se-ão de novo os O.S.C. no dia 26 de Outubro. p.f.

Calendário:

17 OUT — Reunião de sócios, na Sede;
26 OUT — Reunião dos Órgãos Sociais Centrais;
9/10 e 16/17 NOV — Sessões de trabalho entre Órgãos Sociais Centrais e Órgãos das Delegações;

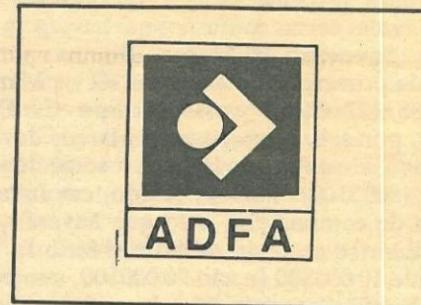
23 NOV — Comemorações do 17.º aniversário do ELO;

07 DEZ — Encontro e convívio no aniversário da Delegação do Porto;
14 DEZ — Festa de Natal da Sede.

Reunião da Comissão dos Estatutos

Para análise do andamento dos trabalhos sobre a revisão dos Estatutos da ADFA, reuniu-se na Sede, no passado dia 22 deste mês, a respectiva comissão.

Sendo esta a primeira reunião após as eleições associativas de Junho, trocadas opiniões e informações, esclarecidas algumas dúvidas processuais, foi reafirmada, pelos presentes, a vontade de manutenção de objectivos e programa anteriormente delineados, prevendo-se, portanto, o respeito pelo calendário já traçado, devendo realizar-se uma nova sessão de trabalho, em Janeiro de 1992.



**COLABORANDO
E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS
O TEU FUTURO!**

Reuniões de sócios na Sede

Retomando o salutar costume das reuniões mensais com associados, na Sede, e que, sempre que possível, se realizarão nas terças 5.ª-feiras de cada mês, — das quais ELO irá confirmando as datas respectivas e dar-se conta do nelas tratado —, convocam-se os sócios da área de Lisboa para a que se levará já a efeito no próximo dia 17 de Outubro, pelas 18h30.

O encontro versará diversos assuntos, designadamente estado de construção da nova Sede, ponto da situação das reivindicações legislativas, revisão estatutária, relações internacionais e cooperação, implantação do novo sistema do pagamento de quotas por desconto em conta bancária, participação da ADFA na comissão executiva do Monumento aos combatentes do Ultramar e demais temas de interesse.

Informam-se os associados que, nesse dia, a secretaria e a cantina estarão em funcionamento até às 19 horas.

Reinicia a tua participação na vida colectiva e, em conjunto, debate as grandes linhas do desenvolvimento associativo.

QUOTAS

— um sistema alternativo de pagamento —

Conforme se recordará, ELO na sua edição de Julho alertava a atenção dos associados para a verificação das suas caixas de correio durante a segunda quinzena de Setembro. No entanto, questões de pormenor atrasaram, em alguns dias, o desvendar do mistério que brevemente se desfará com o recebimento, pelas delegações e sócios, de instruções para a implementação de novo sistema, facultativo, de pagamento de quotas por desconto em conta bancária.

O novo método que é proposto, traz reconhecidas vantagens e benefícios recíprocos, à organização e ao associado. ELO, na sua próxima publicação, conta também prestar informações complementares que contribuam para uma massiva adesão a este sistema.

E permita-se-nos uma chamada à reflexão dos sócios, parafraseando, com a devida vénia, o cartaz afixado na nossa delegação de Castelo Branco: cada um de nós já pensou nos direitos que lhe foram reconhecidos por intervenção da ADFA, em compensação dos 14 625\$00 de quotas que pagou durante os 17 anos da sua existência?

Fica no ar a pergunta para meditação...